



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**268ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social - CNAS**

Ata da ordem do dia 12 e 13 de setembro de 2018

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 268ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 12 e 13/09/2018

1 Aos doze e treze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito realizou-se a 268ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular
3 Norma Suely de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
4 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira, Vice-
6 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Ministério do
7 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante
8 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maria Yvelonia dos Santos
9 Araújo Barbosa, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira
10 Suplente Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –
11 MDS; Conselheira Titular Marília Vilardi Mazeto, Representante do Ministério do
12 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Ana Heloísa Viana Silva Moreno,
13 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Allan
14 Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira
15 Suplente Tatiane Vendramini Parra Roda, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social
16 – MDS; Conselheiro Titular Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério
17 do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do
18 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho,
19 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Leísa Mendes
20 de Sousa, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social –
21 FONSEAS; Conselheira Suplente Máira Leilane Oliveira Almeida, Representante do Fórum
22 Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular
23 Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
24 Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente Josenildo André Barboza, Representante
25 do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira

26 Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social;
27 Conselheiro Suplente Vandr  Luiz Meneses Brilhante, Representante do Centro Integrado de
28 Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; Conselheiro Titular Maurício José
29 Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI;
30 Conselheiro Suplente Fernando Macedo Brandão, Representante da Junta de Missões Nacionais da
31 Conven o Batista Brasileira; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da
32 Federa o Brasileira de Associa es Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA;
33 Conselheira Suplente Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federa o Nacional das Associa es
34 de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES; Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira
35 Barbosa, Representante da Federa o Nacional dos Empregados em Institui es Beneficentes,
36 Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado,
37 Representante da Federa o Nacional dos Psicólogos - FENAPSI; Conselheiro Titular Benedito
38 Augusto de Oliveira, Representante da Confedera o Nacional dos Trabalhadores em Seguridade
39 Social da CUT - CNTSS/CUT; Conselheira Suplente Irene Rodrigues da Silva, Representante da
40 Confedera o dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT;
41 Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federa o Nacional dos
42 Assistentes Sociais - FENAS; Conselheira Suplente Ana L cia Soares, Representante da
43 Associa o Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Conselheira Titular Aldenora
44 Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida; Conselheira Titular Solange Bueno,
45 Representante do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro Suplente Aguinaldo
46 Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Oriental –
47 FORUSUAS/AOR; Conselheiro Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organiza o
48 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Suplente Jani Betânia Souza Capibaribe,
49 Representante da Associa o Brasileira de Autismo - ABRA. **ABERTURA 12/09/2018:** A
50 Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de
51 Assistência Social – CNAS e Representante da CAPEMISA – Instituto de A o Social, iniciou a
52 reunião cumprimentou a todos e solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse a
53 verifica o do quórum. Verificado o quórum, seguiu para aprova o da Ata da 267^a Reunião
54 Ordinária do CNAS, que foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo para a aprova o da Pauta da
55 268^a Reunião Ordinária do CNAS, comunicou que a pauta   composta pelos seguintes itens: das
56 09h00min às 09h30 – Aprova o da Ata da 267^a Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 268^a

57 Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30min às 10h30min – Informes da Presidência
58 Ampliada/Secretaria Executiva; CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CIT e Conselheiros; das
59 10h30min às 12h00min – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência
60 de Renda; das 13h00min às 15h00min – Apresentação do Balanço das Ações da Proteção Social
61 Básica e Especial à luz dos Pactos de Aprimoramento de Gestão do SUAS de âmbito municipal e
62 estadual e do II Plano Decenal; das 15h00min às 16h30min – Apresentação do Relatório Trimestral
63 do Programa Primeira Infância no SUAS no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e
64 financeiros (Resolução CNAS nº 19/2016); das 16h30min às 18h30min – Apresentação das
65 Propostas dos candidatos à Presidência da República sobre a Assistência Social. Dia 13/09/2018:
66 das 09h00min às 10h00min – Apresentação do “Diagnóstico do processo de inscrição de entidades
67 pelos CMAS e CAS/DF e subsídios para melhoria desse processo” (PRODOC 2017/000050); das
68 10h00min às 11h00min - Relato da Presidência Ampliada; das 11h00min às 12h00min - Relato da
69 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00min às 16h00min -
70 Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 16h00min às 17h00min - Relato da
71 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 17h00min às 18h00min -
72 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Informou que a Presidência Ampliada
73 solicitou a exclusão da “Apresentação do Balanço das Ações da Proteção Social Básica e Especial à
74 luz dos Pactos de Aprimoramento de Gestão do SUAS de âmbito municipal e estadual e do II Plano
75 Decenal”, uma vez que existe o entendimento que esse item deve retornar primeiramente a
76 Comissão de Política da Assistência Social. A Conselheira Karoline Aires Ferreira, Vice-Presidente
77 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Ministério do
78 Desenvolvimento Social – MDS, informou que está sendo sugerindo incluir na pauta a “Revisão da
79 Apreciação da Proposta de Resolução que aprova a inclusão, no público do Programa Primeira
80 Infância no SUAS, das famílias com gestantes e crianças na primeira infância em situação de
81 vulnerabilidade e risco pessoal e social inseridas no Cadastro Único para programas sociais do
82 Governo Federal e no Benefício de Prestação Continuada – BPC”. A Sra. Maria do Carmo Brant de
83 Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social, solicitou que a votação sobre a resolução que
84 trata sobre o Programa Primeira Infância no SUAS retornasse a pauta, justificando que a primeira
85 infância no SUAS foi aprovada pela gestão anterior desse Conselho e que apenas estão solicitando a
86 inclusão das crianças e gestantes cadastradas no Cadastro Único. A Conselheira Margareth Alves
87 Dallaruvera, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, compreendeu

88 que para a inclusão desse item de pauta é necessário haver um fato novo e questionou se haveria
89 algum motivo para rever a posição já aprovada de acordo com o Regimento Interno do CNAS e a
90 Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho esclareceu que o novo fato seria a criação de um grupo de
91 trabalho para discutir sobre a possibilidade de inserção do Programa Criança Feliz no SUAS. A Sra.
92 Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, realizou a leitura do
93 Parágrafo II e do Parágrafo V do Art. 18 do Regimento Interno, entretanto, ressaltou que a decisão
94 de inclusão do item de pauta deve ser realizada pela Plenária do CNAS. O Conselheiro Benedito
95 Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade
96 Social da CUT - CNTSS/CUT, observou que o argumento da Secretária Nacional já foi debatido
97 amplamente nessa Plenária e elucidou que a Sociedade Civil votou contrário por problemas de
98 origem. O Conselheiro Allan Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento
99 Social – MDS, explanou que foi votada proposta de ampliação do público do Programa Criança
100 Feliz na última reunião e comentou que essa modificação permitirá, principalmente, a melhoria e
101 ampliação do atendimento aos usuários, sendo que está sendo proposto à criação de um grupo de
102 trabalho para ajustar todas as ponderações relacionadas à primeira infância. A Conselheira
103 Margareth Alves Dallaruvera destacou que nenhum segmento possui a intenção de prejudicar o
104 usuário e afirmou que não existe nenhum fato novo que justifica essa inclusão. A Conselheira Leísa
105 Mendes de Sousa, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência
106 Social – FONSEAS, questionou se está sendo proposta uma discussão sobre a adequação do público
107 a ser considerado ou seria um ponto novo de pauta, adiantando que essa questão da integração entre
108 o Programa Criança Feliz com o SUAS deveria ter sido discutido primeiramente na Comissão
109 Intergestores Tripartite – CIT. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do
110 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, discorreu que o CNAS precisa refletir sobre o seu
111 papel diante uma resolução que está sendo operacionalizada e explicou que a intenção da sua
112 explanação foi de promoção do diálogo com um grupo de trabalho e com a retomada da Câmara
113 Técnica da CIT. Salientou que a proposta de ampliação do público merece uma análise desse
114 Conselho, tendo em vista que haverá devolução de recursos se os municípios não alcançarem o
115 cumprimento das metas. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira postulou que a proposta de
116 criação de um grupo de trabalho partiu da Sociedade Civil e afirmou que é contra o retorno desse
117 assunto ao Plenário, por colocar em dúvida a posição da Sociedade Civil e por não trazer um novo
118 fato. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira informou que existe resolução publicada da CIT

119 que encaminhou a ampliação do público do Programa Criança Feliz e que, o novo fato seria a
120 abertura de debate por parte do Governo Federal. A Conselheira Rozangela Borota Teixeira,
121 Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes –
122 FEBRAEDA, questionou se existe a possibilidade de reativação da Câmara Técnica da Primeira
123 Infância da CIT e a Sra. Maria Carmo Brant de Carvalho afirmou que possuem total abertura para o
124 restabelecimento da Câmara Técnica da CIT, entretanto, observou que não existe a intenção de
125 retomar a votação, retirando a sugestão de inclusão de pauta. Com a retirada da sugestão de inclusão
126 de pauta, a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu que a “Apresentação do Relatório
127 Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS no que tange aos aspectos técnicos,
128 administrativos e financeiros (Resolução CNAS nº 19/2016)” seja realizada as 14h00min. A Sra.
129 Maria das Mercês de Avelino Carvalho notificou que devido a um problema familiar a Consultora
130 Eliana não poderá comparecer a essa reunião para realizar a “Apresentação do “Diagnóstico do
131 processo de inscrição de entidades pelos CMAS e CAS/DF e subsídios para melhoria desse
132 processo” (PRODOC 2017/000050)”, visto que a Secretaria Executiva está sugerindo que a
133 Coordenadora da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, Sra. Maria Cristina Abreu,
134 realize a apresentação desse documento juntamente com o Sr. Douglas Carneiro. Realizadas todas
135 as alterações necessárias, a pauta da 268ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada. Iniciando os
136 Informes da Presidência e da Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho,
137 informou que justificaram a ausência os seguintes Conselheiros: A Conselheira Raquel de Fátima
138 Antunes Martins, nessa reunião ordinária, por motivos de férias; a Conselheira Tathiane Aquino de
139 Araújo, nessa reunião ordinária, por motivo particular; a Conselheira Maíra Leilane Oliveira
140 Almeida, nessa reunião ordinária, por estar representando o CNAS na III Reunião da Coordenação
141 do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional – FNAP. Convocação/Participações: O
142 Conselheiro Aguinaldo Humberto Leal foi convocado para representar o CNAS na reunião da
143 Comissão Permanente de Políticas Públicas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do
144 Adolescente, no dia 29 de agosto, em Brasília/DF; a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins
145 foi convocada para representar o CNAS no 114º Encontro de Apoio Técnico do Fundo Nacional de
146 Assistência Social – FNAS, nos dias 29 e 30 de agosto, em Brasília/DF; o Conselheiro Vandrê Luiz
147 Menezes Brilhante foi convocado para representar o CNAS no 113º Encontro de Apoio Técnico do
148 FNAS, nos dias 29 e 30 de agosto, em Brasília/DF; a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera foi
149 convocada para representar o CNAS na Reunião Ampliada e Descentralizada do Conselho Estadual

150 de Assistência Social Alagoas, no dia 05 de setembro de 2018, em Limoeiro de Anádia/AL; as
151 Conselheiras Maria Rodrigues da Silva, Solange Bueno, Margareth Alves Dallaruvera e Raquel de
152 Fátima Antunes Martins, integrantes da Presidência Ampliada, foram convocadas para participar da
153 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF, no dia 10 de setembro de 2018, em
154 Brasília/DF; os/as Conselheiros/as Nacionais, que integram a Comissão de Acompanhamento de
155 Benefícios e Transferência de Renda, foram convocados/as para Reunião no dia 10 de setembro de
156 2018, em Brasília/DF; os/as Conselheiros/as titulares e suplentes foram convocadas para a 268ª
157 Reunião Ordinária do CNAS no período de 11 a 13 de setembro de 2018, em Brasília/DF; os/as
158 Conselheiros/as Nacionais, que integram a Comissão de Monitoramento das Deliberações das
159 Conferências Nacionais de Assistência Social, foram convocados para reunião no dia 14 de
160 setembro de 2018, em Brasília/DF; o Conselheiro Maurício José Silva Cunha foi convocado para
161 representar o CNAS no 115º Encontro de Apoio Técnico do FNAS, nos dias 19 e 20 de setembro de
162 2018, em Brasília/DF; o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira foi convocado para representar o
163 CNAS no Curso “Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: Proteção Integral e
164 Garantia de Direitos” destinados à formação de profissionais da Assistência Social, no período de
165 24 a 28 de setembro de 2018, em Brasília/DF; a Conselheira Aldenora Gomes González foi
166 convocada para representar o CNAS na mesa de abertura do 116º Encontro de Apoio Técnico do
167 FNAS, nos dias 26 e 27 de setembro de 2018, em Brasília/DF; os/as Conselheiros/as Solange
168 Bueno, Sandra Regina Ferreira Barbosa, Aldenora Gomes González, Rozangela Borota Teixeira,
169 Margareth Alves Dallaruvera e Maurício José Silva Cunha foram convocados para representar o
170 CNAS no Encontro Técnico de Apoio aos Conselhos Estaduais de Assistência Social, nos dias 26 e
171 27 de setembro de 2018, em Brasília/DF; a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa foi
172 convocada para representar o CNAS na I Reunião do Grupo de Trabalho do Projeto Conhecer para
173 Cuidar, nos dias 22 e 23 de outubro de 2018, em Brasília/DF. Convocações/Participação da Vice-
174 Presidente: Encontro de Apoio Técnico aos Estados, nos dias 20 e 21 de agosto de 2018, em
175 Brasília/DF, Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Participações da Presidente: I
176 Reunião Descentralizada do Conselho Estadual de Assistência Social de Aracajú, no dia 05 de
177 setembro de 2018, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE. Participações dos Servidores da
178 Secretaria Executiva: Os servidores Regina Célia Sermoud, Maria Cristina Martins, Maria
179 Auxiliadora Pereira, Mirelle Dantas, Bianca Lazarini, Randriene Maia, participaram do Encontro de
180 Apoio Técnico aos Estados, nos dias 20 e 21 de agosto de 2018, em Brasília/DF. E-mails enviados

181 os Conselheiros do CNAS: Informes da 267ª Reunião Ordinária do CNAS; Pauta da 267ª Reunião
182 Ordinária do CNAS alterada e aprovada no dia 08/08/2018; Memória da Comissão de
183 Financiamento; Memória da Comissão de Política; Memória da Presidência Ampliada; Informação
184 sobre a disponibilização das apresentações da 267ª Reunião Ordinária do CNAS; Link da inscrição
185 do I Seminário Internacional sobre Capacidade Jurídica e Tomada de Decisão apoiada e organizada
186 pela APAE de São Paulo e pela Secretaria de Direitos das Pessoas com Deficiência; Informes sobre
187 o Prêmio Tesouro Nacional 2018 – inscrições abertas para divulgação; Comunicado – “Exclusão de
188 cadastro desatualizado de famílias com beneficiários que recebem o BPC; Relatório de participação
189 da Conselheira Jani Capibaribe no Encontro Nacional Acessuas Trabalho que aconteceu nos dias
190 04, 05 e 06 de julho de 2018, em Brasília/DF; Ata e degravação da 267ª Reunião Ordinária do
191 CNAS e das Reuniões das Comissões Temáticas; Relatório de participação da Conselheira Ivone
192 Maggioni na VIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –
193 CONSEA; Projeto de Lei Orçamentária – Exercício Financeiro 2019, volume III – Consolidação
194 dos Programas de Governo; Pauta da 268ª Reunião Ordinária do CNAS; Comunicado sobre o
195 Censo SUAS 2018 para divulgação. Resoluções, Decretos, Leis e Portarias publicadas no DOU: Lei
196 nº 13.714, de 24 de agosto de 2018 – DOU 27/08/2018 que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro
197 de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do
198 Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em
199 situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. CNAS informa:
200 267ª Reunião Ordinária do CNAS foi realizada na semana passada – 15/08/2018; Inclusão dos
201 beneficiários do BPC no Cadastro Único – 21/08/2018; Confirma os assuntos da próxima Reunião
202 Ordinária do CNAS – 04/09/2018; Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF –
203 11/09/2018. Boletim/Agências Câmara Notícias: Projeto cria benefício extra ao Bolsa Família
204 vinculado a desempenho escolar – 16/08/2018; Projeto cria política nacional para estimular
205 permanência de jovens no campo – 22/08/2018; Projeto permite deduzir do IR doações a
206 instituições beneficentes; Projeto cria orçamento para políticas voltadas a infância; Projeto institui
207 jornada integral para alunos beneficiários de programas sociais; Concessionárias poderão ter de
208 oferecer às pessoas com deficiência informações em formato acessível; Comissão dos Direitos
209 Humanos debate sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Diversos: O Conselho
210 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA encaminhou ofício nº 194/2018,
211 agradecendo a participação da Conselheira Ivone Maggioni Fiore como palestrante da mesa da VIII

212 Reunião Ordinária com o tema “Pobreza e Desigualdade: Repercussões nos direitos humanos e na
213 segurança alimentar e nutricional”. Datas Comemorativas: 07/09 – Independência do Brasil; 21/09
214 – Dia da Luta Nacional das Pessoas com Deficiência; 26/09 – Dia Nacional do Surdo; 27/09 – Dia
215 Nacional do Idoso; 28/09 – Dia da Lei do Ventre Livre. Conselheiros Aniversariantes do mês: 07/09
216 - Conselheira Solange Bueno; 23/09 - Conselheiro Maurício José Silva Cunha 27/09 – Conselheira
217 Maíra Leilane Oliveira Almeida; 27/09 – Conselheiro Vandrê Luiz Menezes Brilhante. Seguindo
218 aos informes do MDS, a Conselheira Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, Representante do
219 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, informou que será realizada a Pesquisa de Medidas
220 Socioeducativas em Meio Aberto por meio da instituição Visão Mundial, que acontecerá em 177
221 municípios e 27 capitais brasileiras, que possui como intuito sistematizar metodologias de
222 planejamento e execução das iniciativas de atendimento e compreender as percepções dos
223 adolescentes em torno do papel e do significado das Medias Socioeducativas, bem como, a ação dos
224 profissionais que atuam na implementação da política evidenciando prática exitosas. O Conselheiro
225 Allan Camello Silva comunicou que o Censo SUAS 2018 terá como período de preenchimento o
226 dia 10 de setembro até 30 de novembro de 2018, conforme o seguinte calendário: 10 de setembro a
227 09 de novembro de 2018 - CRAS e Centros de Convivência; 24 de setembro a 16 de novembro de
228 2018 - CREAS, Centro POP e Centro Dia; 1º de outubro a 23 de novembro de 2018 - Unidades de
229 Acolhimento e Família Acolhedora; 08 de outubro a 30 de novembro de 2018 - Conselho, Gestão e
230 Fundos de Assistência Social. Acrescentou que, caso haja qualquer dúvida em relação ao
231 preenchimento, o contato deve ser realizado através do *e-mail*: vigilanciasocial@mds.gov.br. Com
232 relação ao apoio técnico aos estados e ao Distrito Federal, relatou que a Secretaria Nacional de
233 Assistência Social – SNAS está realizando encontros de apoio técnico com o intuito de efetivar as
234 relações coordenadas, sendo que os próximos encontros serão realizados: 17 e 18 de setembro de
235 2018 – inscrições encerradas; 22 e 23 de outubro – inscrições encerradas; 05 e 06 de novembro –
236 inscrições abertas; 06 e 07 de dezembro – inscrições abertas. O Sr. Felipe, Representante do
237 Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários – DBAP/SNAS, notificou que será
238 publicada uma portaria operacional, ainda nessa semana, que regulamentará regras e procedimentos
239 do requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC,
240 que substituirá a Portaria Conjunta nº 01/2017. Discorreu que, entre as modificações realizadas,
241 destacam-se as maneiras pelas quais o beneficiário será notificado quando houve a identificação de
242 irregularidade no pagamento do benefício e explicou que o não atendimento a convocação, após

243 tentativa de notificação e desde que não comprovada à ciência do beneficiário ou procurador ou do
244 seu representante legal, resultará no bloqueio do valor do benefício, para que o beneficiário tenha
245 conhecimento da irregularidade. Complementou que o valor do benefício será bloqueado por até 30
246 dias, sendo desbloqueado após contato e ciência por meio dos canais de atendimento do INSS
247 presenciais ou remotos. Acrescentou que a portaria preverá a possibilidade dos beneficiários
248 notificados apresentarem defesa nos equipamentos públicos pactuados nas instâncias do SUAS,
249 além dos canais de atendimento do INSS. Informou que foi publicada a Instrução Operacional
250 SENARC/SNAS nº 24, que trata de procedimentos e prazos para inclusão dos benefícios do BPC no
251 Cadastro Único tendo em vista que existe ainda 1,6 bilhão de beneficiários ainda não cadastrados.
252 Prosseguindo para os informes do CONGEMAS, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,
253 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
254 CONGEMAS, notificou que se reuniram nos dias 30 e 31 de agosto de 2018, em que foi dada a
255 posse a nova diretoria e trabalhada uma oficina para o indicativo de discussão e de propostas para
256 essa nova gestão. O Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos Usuários do
257 SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR, relatou que a reunião da CIT foi realizada no dia
258 29 de agosto de 2018, entretanto, justificou que participou apenas do período da tarde, uma vez que
259 estava representando o CNAS na Comissão Permanente de Políticas Públicas da Secretaria
260 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no período da manhã. Discorreu que participou
261 das discussões sobre a avaliação do cumprimento do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e
262 do Distrito Federal e a apresentação da execução financeira do FNAS de janeiro a julho de 2018 na
263 reunião da CIT, destacando que houve o consenso de realização de uma explanação pelo FONSEAS
264 e pelo CONGEMAS no CNAS sobre a inclusão das crianças e gestantes inscritas no Cadastro
265 Único no Programa Primeira Infância no SUAS. Abrindo para os informes dos Conselheiros, o
266 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil –
267 ONCB, cumprimentou a Lara Mara Associação Brasileira de Assistência a Pessoa com Deficiência
268 pelos 27 anos de existência e notificou que, no dia 28 de setembro de 2018, será inaugurado o
269 Instituto Magnus em São Paulo e no dia 19 de setembro de 2018, será realizado o lançamento da
270 RENDAS Brasil na sede da Federação Nacional das APAEs, em Brasília/DF. Seguindo para o
271 relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda
272 realizada no dia 10 de setembro de 2018, o Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto,
273 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, relatou que foram debatidos os

274 seguintes itens de pauta: Item I) Discussão do Decreto nº 9.462, que regulamenta o Benefício de
275 Prestação Continuada da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata
276 a Lei nº 8.742/1993. Encaminhamento: A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
277 Transferência de Renda identificou os seguintes pontos a serem submetidos à avaliação do Pleno do
278 CNAS: a) Exiguidade dos prazos para o beneficiário interpor recurso ou apresentar defesa; b)
279 Indeterminação de prazo para que o Conselho de Recurso do Seguro Social decida acerca dos
280 recursos apresentados pelos beneficiários; c) Falta de clareza a respeito da aplicação dos prazos
281 previstos na lei de procedimentos administrativos federais; d) Falta de equilíbrio em relação às
282 obrigações que cabem ao beneficiário frente às obrigações do INSS; e) Quanto ao prazo de
283 cadastramento dos beneficiários do BPC no Cadastro Único, propor que o Decreto nº 8805/2016
284 (art.2º) seja alterado para delegar essa competência ao MDS; f) Na portaria de regulamentação do
285 Decreto nº 9462/2018, art. 2º, que se detalhem as hipóteses de impossibilidade de suspensão de
286 benefícios decorrentes de excessivo ônus da prova sobre os beneficiários; g) Que os pontos acima
287 sejam considerados pelo MDS na edição da portaria de regulamentação no que couber; h) Que a
288 Comissão monitore os desdobramentos desse Decreto. Item II) Discussão da Alteração da LOAS
289 pela Lei nº 13.714/2018. Encaminhamentos: 01) Considerando que há varias formas de se reverter à
290 alteração da LOAS, que envolve o Legislativo, AGU, Ministério Público (Ação Direta de
291 Inconstitucionalidade), a Comissão propõe para consideração da Presidência Ampliada uma ação no
292 âmbito do CNAS, com a realização de reunião entre os gestores e Conselhos Nacionais da
293 Assistência e da Saúde para proposição de Resolução Conjunta CNAS/CNS, que orienta
294 trabalhadores e usuários em relação ao acesso a benefícios específicos da assistência social e da
295 saúde; 02) Considerando que a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
296 Renda se reúne trimestralmente, a Presidência Ampliada deve avaliar em que espaço seria essa
297 reunião. Item III) Proposta de pauta para novembro/2018: Apresentação dos desafios na gestão e
298 operacionalização do BPC frente à legislação vigente e apresentação do perfil dos beneficiários do
299 BPC não incluídos no Cadastro Único até o presente momento. (categoria/segmento, lugar de
300 residência, idade, grupo familiar e entre outros aspectos); Informes sobre documento de
301 “Orientações Técnicas sobre os Benefícios Eventuais”; Balanço do Programa Bolsa Família – PBF
302 (2016/2018): evolução do impacto social do PBF. Abrindo para manifestações, a Conselheira
303 Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, externou que muitas
304 pessoas serão penalizadas com o encerramento da inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro

305 Único e com o prazo de recurso definido, ressaltando que essa questão é extremamente grave. A
306 Conselheira Aldenora Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida, questionou qual é a
307 competência do Conselho de Recursos do Seguro Social e o Conselheiro Bruno Henrique Benfica
308 da Câmara Pinto esclareceu que esse conselho é um órgão colegiado instituído para exercer o
309 controle jurisdicional das decisões do INSS dos processos de interesse dos beneficiários do regime
310 geral de previdência social e das empresas e nos relacionados benefícios assistenciais e prestação
311 continuada previstos no Art. 20 da LOAS. A Conselheira Aldenora Gomes González sugeriu que a
312 Comissão convide um representante do Conselho de Recurso do Seguro Social para apresentar o
313 número de processos e de que forma foram resolvidos na próxima reunião. A Conselheira Marisa
314 Rodrigues da Silva ressaltou que o PLS nº 374/2018 de autoria Senador Dalirio Beber, PSDB/SC,
315 está propondo uma alteração no Art. 20 da LOAS como forma de aumentar o limite de renda
316 familiar para habilitar o recebimento de benefício, entendendo que requer um aprofundamento
317 sobre esse item. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional das
318 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES, solicitou que o CNAS tenha
319 agilidade para encaminhar os encaminhamentos a SNAS e a Conselheira Irene Rodrigues da Silva,
320 Representante da Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal -
321 CONFETAM/CUT, intuiu que seria interessante que o grupo de trabalho, criado para acompanhar
322 os projetos de lei em tramitação no Senado e no Congresso Nacional, realizasse um estudo e
323 pensassem em uma ação. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto ponderou que
324 seria necessário realizar uma discussão com a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, afirmando
325 que o CNAS precisa ser ouvido em relação as proposta de alteração na Política de Assistência
326 Social. A Conselheira Solange Teixeira destacou a necessidade de realizar uma reunião da
327 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda em outubro diante a
328 necessidade de discussão das questões colocadas e a Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal relatou
329 sobre a dificuldade de inserção dos beneficiários do BPC no Cadastro Único devido à instabilidade
330 do sistema. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira afirmou que estão sendo penalizadas as pessoas
331 que não possuem acesso as informações e a Conselheira Leísa Mendes de Sousa elucidou que foi
332 discutida sobre a necessidade de prorrogação do prazo para inserção dos beneficiários do BPC no
333 Cadastro Único na CIT, entretanto, a SENARC esclareceu que não poderia abrir pactuação de
334 prorrogação de prazo uma vez que o Secretário não estava presente. Compreendeu que é importante
335 que o CNAS se manifeste em relação à prorrogação desse prazo, considerando as problemáticas do

336 sistema. O Sr. Edvaldo, CEAS/GO, sugeriu que seja solicitada uma cópia do parecer elaborado pela
337 Organização Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB sobre o Decreto nº 8805, que pode trazer vários
338 elementos para fortalecer o debate e intuiu que está na hora de pensar em trazer o BPC para o
339 âmbito da SNAS. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto inferiu que é pouco
340 apenas solicitar a prorrogação do prazo para inserção dos beneficiários do BPC no Cadastro Único e
341 ponderou que todo o trabalho de alteração de sistemas é complicado. A Presidente Norma Suely de
342 Souza Carvalho observou que os pontos encaminhados pela Comissão comporão a manifestação do
343 CNAS, sendo que mesma será construída nessa reunião e informou que já estão realizando o
344 primeiro contato para tratar sobre a realização da reunião conjunta entre os gestores e Conselhos
345 Nacionais da Assistência e da Saúde para proposição de Resolução Conjunta CNAS/CNS. Diante as
346 solicitações, propôs que a próxima reunião seja realizada em outubro/2018, mantendo a pauta. Não
347 havendo mais nenhuma manifestação, o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de
348 Benefícios e Transferência de Renda foi aprovado por unanimidade. Antes de seguir par ao próximo
349 item de pauta, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva informou que o Ministério Público junto com
350 outras entidades entrou com uma Ação Civil Pública contra a resolução do Conselho Municipal de
351 Curitiba, que deliberava o fechamento de sete CRAS e algumas unidades de atendimento,
352 destacando que obtiveram a liminar para o não cumprimento dessa resolução pela gestão. Seguindo
353 para a apresentação do Relatório Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS no que tange
354 aos aspectos técnicos, administrativos e financeiros (Resolução CNAS nº 19/2016), a Sra. Ely
355 Harasawa, Secretária Nacional da Promoção do Desenvolvimento Humano – SNPDPH, explanou
356 que dos 5.570 municípios do país 3.780 são elegíveis, sendo que 2.741 realizaram a adesão ativa ao
357 Programa e 2.279 iniciaram as visitas. Apresentou um quadro com a adesão por estado, destacando
358 que 73% dos municípios elegíveis realizaram a adesão. Discorreu que, dos municípios aderidos,
359 61% são de Pequeno Porte I, 25,7% de Pequeno Porte II, 7,9% de Médio Porte e 5,5% de Grande
360 Porte/Metrópole e 57% estão localizados na região nordeste, 20% na região sudeste, 11% na região
361 norte, 7% na região centro-oeste e 5% na região sul. Manifestou que existem 2.178 supervisores e
362 12.130 visitantes atuantes e expôs um mapa com a composição das equipes pelo país. Salientou
363 que 314.679 crianças e 54.173 gestantes estão sendo visitadas, totalizando 368.852 indivíduos
364 beneficiados. Apresentou a evolução das visitas realizadas pelo Programa e afirmou que 53% dos
365 recursos já foram executados, visto que foram repassados aos municípios R\$ 303 milhões e ainda
366 existem R\$ 143 milhões em conta até 31 de agosto de 2018. Explanou que 295 municípios

367 executaram até 25%, 452 executaram de 25% a 50%, 692 executaram de 51% até 75% e 840
368 executaram 76% até 100% dos recursos. Articulou que, de acordo com a Portaria SNPDIH nº
369 17/2018, 222 municípios estão aptos a aumentar as suas metas e informou que estão realizando um
370 trabalho para buscar a integração entre o Programa Primeira Infância no SUAS com a Assistência
371 Social, destacando a realização da Oficina SUAS e Programa Criança Feliz – Atuação Integrada,
372 em maio de 2018, em que foram discutidas as estratégias de integração e resultou no Caderno de
373 Orientação SUAS e Programa Criança Feliz e nas Oficinas Descentralizadas em Sergipe, Piauí e
374 Rio Grande do Norte. Acrescentou que 187 municípios solicitaram o cancelamento da adesão e
375 convidou alguns estados para expor sobre o trabalho realizando, encerrando a sua apresentação.
376 Apresentados os resultados e as ações realizadas referente ao Programa Criança Feliz/Programa
377 Primeira Infância no SUAS nos estados de Ceará, do Piauí e de São Paulo através dos depoimentos
378 dos seus representantes, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera refletiu que todos, que
379 possuem o compromisso com o SUAS, sabem que a Sociedade Civil possui o propósito de
380 fortalecer a Política de Assistência Social e compreendeu que é necessário pensar o motivo de não
381 reforçar os serviços, programas e projetos já existentes no SUAS. O Conselheiro Fernando Macedo
382 Brandão, Representante da Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, externou a
383 sua preocupação com relação aos usuários que deixarão de ser atendidos com a não ampliação para
384 o público inscrito no Cadastro Único, afirmando que esses depoimentos são muito importantes. A
385 Conselheira Rozangela Borota Teixeira questionou quantos são os trabalhadores sociais envolvidos
386 no Programa e qual o papel das entidades que atuam na Política de Assistência Social e o
387 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira solicitou que fosse explanado sobre o trabalho com as crianças
388 com deficiência nesse Programa. O Conselheiro Allan Camello Silva esclareceu que o recurso do
389 Programa Primeira Infância no SUAS é repassado por meio do FNAS e chega ao Fundo Estadual ou
390 Municipal, respeitando todas as regras. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal refletiu que não
391 haverá consenso em relação ao Programa Criança Feliz e a Conselheira Irene Rodrigues da Silva
392 arrazou que é fundamental pensar no orçamento e que, é necessário entender qual será o
393 encaminhamento adequado para se trabalhar com crianças de zero a seis anos. A Conselheira
394 Renata Aparecida Ferreira compreendeu que estão perdendo um tempo enorme discutindo uma
395 pauta sem definir uma posição efetiva e que, na lógica do controle social, está muito desconfortável
396 não cumprir o papel desse Conselho. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira afirmou que essa
397 questão foi amplamente discutida e votada nesse Conselho e observou que a Sociedade Civil é

398 totalmente contrária a forma que esse Programa aportou na Assistência Social do ponto de vista
399 financeiro. A Sra. Silvana Simões, Representante do Estado do Ceará, esclareceu que os
400 depoimentos tiveram o propósito técnico de apresentar o Programa Criança Feliz e afirmou que
401 todo o Programa é executado no estado dentro do SUAS. A Sra. Rosângela Sousa, Representante do
402 Estado do Piauí, reconheceu que existem itens que ainda precisa de aprimoramento no Programa
403 Criança Feliz e postulou que ainda não avançaram o suficiente em relação às crianças com
404 deficiência. A Sra. Ely Harasawa confirmou que o Programa está fortalecendo o SUAS através dos
405 seus resultados e que, estão fazendo o esforço possível de integrá-lo aos demais programas do
406 SUAS e à Política de Assistência Social. Esclareceu que a participação das entidades da Sociedade
407 Civil tem sido muito importante nos municípios que não executam o Programa diretamente e
408 informou que foi realizada uma oficina com os coordenadores estaduais trazendo especialistas para
409 debater a questão das crianças com deficiência, sendo que estão elaborando uma orientação técnica
410 junto com a SNAS para ser divulgada aos visitantes e as equipes dos CRAS. Prosseguindo para a
411 apresentação das Propostas dos candidatos à Presidência da República sobre a Assistência Social, a
412 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho comunicou que elaboraram uma proposta de
413 organização para essa apresentação, visto que a ideia é receber os representantes que se
414 disponibilizaram em participar e definir quais serão os Conselheiros que realizarão os
415 questionamentos. Discorreu que participarão da apresentação o Sr. Vagner Antônio, Representante
416 do Candidato Fernando Haddad do PT e a Sra. Sandra Teixeira, Representante do Candidato
417 Guilherme Boulos do PSOL e que, os questionamentos serão realizados pelos Conselheiros/as:
418 Karoline Aires Ferreira, Margareth Alves Dallaruvera, Maria Amélia Sasaki, Bruno Henrique
419 Benfica da Câmara Pinto, Aguinaldo Umberto Leal, Allan Camello Silva, Jani Betânia Souza
420 Capibaribe, Marisa Rodrigues da Silva, Aldenora Gomes González, Leísa Mendes de Sousa,
421 Benedito Augusto de Oliveira, Mirian da Silva Queiroz Lima e Vânia Maria Machado. Realizou a
422 leitura do documento de abertura das apresentações com a justificativa de não participação dos
423 demais candidatos a Presidência da República e com as regras para a participação, esclarecendo que
424 os convites e perguntas foram encaminhados por *e-mail* e pelos Correios com aviso de recebimento
425 e entraram em contato com todos os assessores dos candidatos para confirmar o recebimento e
426 verificar a possibilidade de participação do candidato ou representante. Realizado o sorteio para
427 definição da ordem de apresentação das respostas aos questionamentos, ficou definida a seguinte
428 ordem: Sra. Sandra Teixeira, Representante do Candidato Guilherme Boulos do PSOL e

429 posteriormente o Sr. Vagner Antônio, Representante do Candidato Fernando Haddad do PT.
430 Efetuada uma breve apresentação sobre o histórico profissional dos representantes presentes, a
431 Conselheira Karoline Aires Ferreira realizou o primeiro questionamento: “Quais são as propostas do
432 seu governo para área de Assistência Social e como pretende enfrentar as diferenças regionais,
433 como o fator amazônico, para atender todos que necessitam dessa política Pública?”. A Sra. Sandra
434 Teixeira discorreu que, dentre um conjunto de propostas pensadas, destacam a necessidade de fazer
435 a defesa da implementação da seguridade social envolvendo a articulação entre a Assistência Social,
436 Saúde e a Previdência Social em uma perspectiva pública, gratuita, laica e universal e, a
437 necessidade de consolidar e universalizar o SUAS de modo que esse sistema esteja cada vez mais
438 conectado e dialogando com as necessidades sociais. O Sr. Vagner Antônio afirmou que o PT é um
439 partido comprometido com as políticas socioassistenciais e com a proteção social brasileira, sendo
440 que possui como propostas: resgatar o pacto federativo no âmbito do SUAS; conduzir as ações do
441 governo com transparência, ética e responsabilidade, respeitando as instâncias de controle social, de
442 pactuação e de trabalhadores; resgatar a credibilidade do SUAS como uma instituição democrática e
443 participativa, mantendo o diálogo com os atores da Política de Assistência Social; criar incentivos e
444 componentes regionais baseado no custo do atendimento dos serviços; estimular e ampliar o
445 atendimento de povos e comunidades tradicionais específicas. A Conselheira Margareth Alves
446 Dallaruvera realizou o segundo questionamento: “Já existe a indicação de algum nome para o
447 Ministério responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, considerando
448 ser uma pasta técnica em defesa do SUAS?”. A Sra. Sandra Teixeira esclareceu que ainda não há
449 indicação de um nome, entretanto, ressaltou que a construção dessa candidatura foi feita de forma
450 coletiva. Manifestou que o grupo de seguridade social e de assistência social foi elaborado
451 considerando a política social como elemento estratégico para tencionar com os processos de
452 desigualdade social que marcam o país. O Sr. Vagner Antônio explanou que a escolha do nome para
453 as secretarias, os departamentos e para os ministérios respeita a habilidade técnica, a competência
454 profissional e a militância na área. A Conselheira Maria Amélia Sasaki realizou o terceiro
455 questionamento: “Qual é a sua posição sobre o Programa Bolsa Família – PBF, caso contrário, qual
456 medida poderia ser tomada para o enfrentamento da desigualdade social brasileira? E sobre o
457 Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, o seu governo pretende dar
458 prosseguimento ao mesmo?”. A Sra. Sandra Teixeira afirmou que o PBF é fundamental para
459 enfrentar as situações de pobreza e de desigualdade social que marcam o país, considerando,

460 principalmente, o seu impacto em termos de acesso a alimentação, sendo que possuem uma
461 proposta de transformá-lo em uma renda básica de cidadania, ampliar o público beneficiário,
462 aumentar o valor do benefício para meio salário mínimo podendo alcançar até um salário mínimo
463 dependendo da composição familiar e não computar o BPC no cálculo da renda familiar. Afirmou
464 que o Programa Criança Feliz será extinto, para que não seja colocado em dúvidas os avanços
465 alcançados no SUAS. O Sr. Vagner Antônio destacou que o PBF é fundamental para o país e deve
466 ser mantido e ampliado durante o governo Haddad e que, o Programa Criança Feliz foi imposto
467 autoritariamente pelo governo em exercício, desrespeitando as instâncias de pactuação e de
468 deliberação, afirmando que não deve permanecer. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da
469 Câmara Pinto realizou o quarto questionamento: “Qual é a sua visão sobre os equipamentos da
470 Assistência Social, como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, os Centros de
471 Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, os Centros POPs e outros? Qual é a
472 proposta de melhoria de estrutura desses equipamentos, dos atendimentos adequados aos usuários,
473 incentivos aos trabalhadores como a adesão de concurso público e Planos de Cargos, Carreiras e
474 Salários – PCCS?”. A Sra. Sandra Teixeira arrazoou que esses equipamentos públicos são
475 fundamentais para a materialização da Assistência Social como direito, posto que nesse sentido é
476 muito nítido a necessidade da extinção do Programa Criança Feliz. Complementou que defendem
477 que os serviços do SUAS sejam pensado com base na diretriz da descentralização
478 política/administrativa e que, estão prevendo um grande movimento de obras públicas para
479 qualificar as estruturas físicas, como também assegurar condições de trabalho mais adequadas no
480 âmbito do SUAS. O Sr. Vagner Antônio postulou que as unidades de atendimento da Assistência
481 Social são um legado do SUAS com a política pública de proteção, ponderando que a melhoria da
482 estrutura física é fundamental. Ilustrou que existe a necessidade de rever o IGD/SUAS e de pensar
483 em outros índices de desenvolvimento para dar maior robustez ao cofinanciamento e que, deve ser
484 retomado o debate sobre o pacto de aprimoramento do SUAS referente às metas de ampliação da
485 rede de Proteção Social Básica e Especial. Relatou que os trabalhadores são a principal tecnologia
486 do SUAS, sendo que pretendem fortalecê-los e contribuir em sua organização para alcançar a
487 desprecarização dos vínculos. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal realizou o quinto
488 questionamento: “A Mesa de Negociação de Gestão do Trabalho no SUAS foi instituída em caráter
489 permanente de diálogo e negociação entre gestores e trabalhadores do SUAS. No que concerne a
490 gestão do trabalho, na perspectiva de qualificação dos serviços, programas, projetos, benefícios

491 socioassistenciais, transferência de renda e de valorização dos trabalhadores do SUAS, como
492 pretendem incentivar o fortalecimento da Mesa de Negociação de Gestão do Trabalho no SUAS em
493 consonância com a NOB/RH SUAS e a Resolução CNAS nº 269/2006?”. A Sra. Sandra Teixeira
494 relatou que possuem a proposta de reverter às medidas da reforma trabalhista realizadas durante
495 esse governo e respeitar e fortalecer a Mesa de Negociação de Gestão do Trabalho no SUAS,
496 entendendo que trata de um espaço de negociação fundamental para enfrentar as situações de
497 precarização das relações e das condições de trabalho. Discorreu que possuem o compromisso de
498 respeitar a autonomia das organizações da classe trabalhadora e de assegurar o funcionamento
499 permanente da Mesa de Negociação de Gestão do Trabalho no SUAS, entendendo a importância
500 das discussões coletivas. O Sr. Vagner Antônio observou que a Mesa de Negociação de Gestão do
501 Trabalho no SUAS é um importante mecanismo de diálogo e de negociação entre gestor e
502 trabalhador e que, devem incentivar o funcionamento de mesas nos estados e nos municípios.
503 Comentou que é necessário retomar, com mais compromisso, as atividades dessa mesa e estudar
504 formas de realizar o apoio para realização dos encontros nacionais e regionais dos trabalhadores do
505 SUAS e o fortalecimento dos fóruns municipais, regionais, estaduais e nacional dos trabalhadores
506 do SUAS. O Conselheiro Allan Camello Silva realizou o sexto questionamento: “Qual o seu
507 posicionamento sobre a PEC nº 287, que trata sobre a reforma da previdência e de alterações na
508 norma constitucional do BPC? Considerando o Decreto nº 8805/2016, que regulamenta o BPC e
509 obriga os requerentes e beneficiários do BPC a serem incluídos no Cadastro Único com dados
510 atualizados até o dia 31 de dezembro de 2018, o/a Senhor/a pretende abrir novo prazo para
511 cadastramento tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos idosos e pessoas com deficiência
512 para o cumprimento do prazo estabelecido?”. A Sra. Sandra Teixeira observou que essa PEC é um
513 movimento de contra-reforma que retira direitos no campo da previdência social, afirmando que são
514 totalmente contrários à mesma e que, é necessário mudar a intencionalidade da realização do
515 cadastro dos beneficiários do BPC. O Sr. Vagner Antônio confirmou que são contrários a reforma
516 da previdência social, uma vez que a desvinculação do salário mínimo e aumento da idade para
517 requerimento do benefício é um atentando contra o bem-estar dos idosos de baixa renda. Postulou
518 que a inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único deve ser revelada como um mecanismo
519 de exclusão de idosos e das pessoas com deficiência. A Conselheira Jani Betânia Souza Capibaribe,
520 Representante da Associação Brasileira de Autismo – ABRA, realizou o sétimo questionamento:
521 “Qual a sua posição sobre a Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui o novo regime fiscal,

522 congelando por 20 exercícios financeiro, ou seja 20 anos, o investimento público na área social?”. A
523 Sra. Sandra Teixeira explanou que possuem, como medida, a revogação dessa emenda
524 constitucional, observando que trata de um mecanismo de subtração de recursos da Política de
525 Assistência Social e o Sr. Vagner Antônio explanou que o seu partido irá propor, por todos os meios
526 democráticos, a revogação dessa emenda constitucional. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva
527 realizou o oitavo questionamento: “A população brasileira está envelhecendo. Segundo o IBGE, no
528 período de 2016 a 2026, haverá 11,3 milhões de pessoas a mais, das quais 6,9 milhões serão idosos
529 (61% de aumento no período). Qual sua proposta para ampliar os serviços de atendimento aos
530 idosos em situação de vulnerabilidade no SUAS?”. A Sra. Sandra Teixeira manifestou que, diante o
531 processo de envelhecimento vivenciado pelo país, a proposta consiste em adotar medidas e
532 programas voltados para esse público específico, assegurar direitos sociais e estimular o
533 reconhecimento de maior autonomia dos serviços. Acrescentou que também existe uma proposta de
534 ampliação do BPC, envolvendo o aumento de um quarto para meio salário mínimo, a exclusão do
535 benefício do BPC do cálculo da renda per capita e a redução da idade mínima de 65 para 60 anos. O
536 Sr. Vagner Antônio relatou que possuem o compromisso de instituir o cofinanciamento para os
537 serviços de proteção básica e especial e serviços de convivência para as pessoas com deficiência e
538 idosos. A Conselheira Aldenora Gomes González realizou o nono questionamento: “Qual é a sua
539 visão em relação às populações em situações de vulnerabilidade social, especialmente, as mulheres
540 localizadas nos territórios com auto índice de violência, pobreza e desproteção social, incluindo
541 áreas rurais, metropolitanas, grandes centros, áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades
542 tradicionais? Quais os compromissos do seu governo para trabalhar essas questões?”. A Sra. Sandra
543 Teixeira ilustrou que é reconhecida a necessidade de pensar ações para enfrentar as desigualdades
544 sociais, sendo que o princípio de respeito à diversidade humana é destacada dentro do programa
545 elaborado. Destacou que foi colocada, como proposta central de preparação de todos os serviços,
546 programas e projeto do SUAS para lidar com as diversidades, a elaboração do Pacto Nacional
547 Contra Violência e Pela Vida das Mulheres e o enfrentamento ao racismo institucional a população
548 negra. O Sr. Vagner Antônio ponderou que as situações de vulnerabilidade social requerem uma
549 atenção especial, discorrendo que sabem a importância da manutenção e da ampliação da cobertura
550 dos serviços de proteção especial, principalmente, do aperfeiçoamento do desenho da
551 regionalização. Arrazouou que é fundamental aperfeiçoar o desenho intersetorial, especialmente,
552 entre as instituições para alcançar melhores patamares de proteção as famílias. A Conselheira Leísa

553 Mendes de Sousa realizou o décimo questionamento: “O que está sendo pensado de estratégia em
554 seu governo para o acolhimento dos imigrantes nas fronteiras brasileiras? Qual a proposta para
555 integração desses refugiados e a não proliferação do preconceito sobre os mesmos?”. A Sra. Sandra
556 Teixeira postulou que é muito nítida a defesa da necessidade de incorporar aos serviços da Política
557 de Assistência Social, como em outros direitos sociais, essa população e o Sr. Vagner Antônio
558 ilustrou que é necessário realizar uma ação mais coordenada para receber esse fluxo migratório,
559 observando que é fundamental a oferta de serviços continuados aos imigrantes e aperfeiçoar o
560 assessoramento técnico aos estados e municípios e a formação dos trabalhadores e gestores que
561 atuam com essa população. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira realizou o décimo
562 primeiro questionamento: “No ano passado a Política Nacional de Assistência Social passou um
563 momento crítico devido ao corte na Proposta Orçamentária da Assistência Social para o exercício
564 de 2018, especificamente, das despesas referente aos serviços, programas e projetos, representando
565 o percentual de corte de 51% em relação à proposta aprovada aqui nesse Conselho. Qual é a
566 proposição do seu governo para que a manutenção e a ampliação dos recursos orçamentários para a
567 consolidação do SUAS?”. A Sra. Sandra Teixeira informou que o programa possui várias propostas
568 no sentido de garantir recursos para seguridade e assistência social, como: necessidade de reforma
569 tributária pautada no princípio da justiça social, revisão da dívida pública, extinção da
570 desvinculação de receitas da União, revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016. O Sr. Vagner
571 Antônio elucidou que, inicialmente, será realizada uma luta para recomposição do orçamento da
572 Assistência Social necessária para a oferta dos serviços e benefícios, sendo essencial a revogação da
573 Emenda Constitucional nº 95/2016, discutir a ampliação do orçamento, realização de reforma
574 tributária e isenção de pagamento do IR para pessoas que recebem até cinco salários mínimos. A
575 Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento
576 Social – MDS, realizou o décimo segundo questionamento: “O Decreto nº 5085/2004 definiu as
577 ações continuadas da Assistência Social, posteriormente, o Parecer nº
578 075/2011/DENOR/CGU/AGU reconheceu os recursos da Assistência Social como obrigatórios. O/a
579 Senhor/a é favorável a definição de um percentual de recurso mínimo para o financiamento da
580 Assistência Social? Qual a sua posição em relação à proposta de Emenda a Constituição nº
581 383/2017 (PEC do 1%) e qual seria o percentual proposto e defendido pelo seu governo?”. A Sra.
582 Sandra Teixeira explanou que as legislações que reconhecem a importância dos serviços
583 socioassistenciais e atribui o caráter de obrigatoriedade da despesa que não são respeitadas e

584 informou que não foi previsto um percentual específica para a Assistência Social, porém, afirmou
585 que defendem a necessidade de vinculação orçamentária e a PEC nº 383/2017. O Sr. Vagner
586 Antônio articulou que acreditam que a definição de um percentual mínimo para a Assistência Social
587 pode ser um bom caminho, todavia, observou que essa questão pode ser um risco tendo em vista
588 que muitos entes aplicam um percentual maior. A Conselheira Vânia Maria Machado,
589 Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI, realizou o décimo terceiro
590 questionamento: “Existe uma proposta de ação mais efetiva para os conselhos setoriais, como
591 Saúde, Assistência Social, Educação e outros e os conselhos de direitos, visando o fortalecimento
592 da área social? Como o/a Senhor/a valia a participação social e controle social?”. A Sra. Sandra
593 Teixeira relatou que existe uma avaliação de que os espaços de participação e de controle social não
594 estão dados, sendo que possui o desafio de ampliar efetivamente do poder popular através da
595 criação de Comitês Populares de Mobilização e Participação na Assistência Social – COMPAS. O
596 Sr. Vagner Antônio manifestou que o candidato Haddad avalia que é fundamental e essencial a
597 participação e o controle social, como fortalecer o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS como
598 um mecanismo de aperfeiçoamento do controle social. Finalizados questionamentos, os
599 representantes dos presidenciáveis agradeceram a oportunidade para apresentar as ações voltadas a
600 Assistência Social. **ENCERRAMENTO 12/09/2019:** A Presidente Norma Suely de Souza
601 Carvalho agradeceu a contribuição e a colaboração de todos e encerrou o primeiro dia da 268ª
602 Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA: 13/09/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza
603 Carvalho iniciou o segundo dia da 268ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e
604 informou que o Conselheiro Fernando Macedo Brandão solicitou a palavra para realizar um informe
605 importante. O Conselheiro Fernando Macedo Brandão informou que a sua entidade recebeu um
606 grupo de imigrantes venezuelanos em São Paulo em parceria com o Alto Comissariado das Nações
607 Unidas para os Refugiados – ACNUR e o MDS, registrando o esforço do MDS, especialmente, da
608 Sra. Nilzarete Margarida de Lima e de sua equipe. Acrescentou que foi realizado um evento em São
609 Paulo, em que foram convidados os venezuelanos e um grupo de africanos e foram apresentadas
610 músicas inglesas e francesas. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho afirmou que a questão
611 dos venezuelanos é um grande desafio que apenas está começando e solicitou que a Secretária
612 Executiva realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, passou-se a apresentação do
613 “Diagnóstico do processo de inscrição de entidades pelos CMAS e CAS/DF e subsídios para
614 melhoria desse processo” (PRODOC 2017/000050). A Sra. Maria Cristina de Abreu, Secretaria

615 Executiva do CNAS, esclareceu que a Consultoria Eliana Santos que realizou esse estudo teve um
616 problema familiar e não pode estar presente. Salientou que o objetivo dessa consultoria foi elaborar
617 diagnóstico sobre o processo de inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem
618 como inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais pelos conselhos
619 municipais e CAS/DF. Apresentou uma breve contextualização e o histórico do desenvolvimento da
620 consultoria, destacando que o primeiro produto solicitava um documento técnico contendo análise
621 do processo de inscrição de entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços,
622 programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de Assistência Social
623 apontando causas que tenham contribuído para impactar a atuação eficiente desses colegiados nesse
624 processo. Relatou que foram encontrados os seguintes resultados: i) descompasso nos registros
625 disponíveis; ii) Resolução CNAS nº 14 é a principal orientação utilizadas pelos conselhos para a
626 inscrição de entidades, porém, existe uma adaptação de suas orientações a dinâmica e as
627 possibilidades de cada conselho; iii) a visita a entidade ou organização é a estratégia mais utilizada
628 pelos conselhos para fazer a sustentação da inscrição, porém, não se tem clareza sobre o papel dessa
629 visita; iv) premência de estreitamento do contato junto às entidades e organizações no sentido de
630 aproximá-las dos conteúdos e produções acerca da Política Nacional de Assistência Social e o papel
631 do conselho na consolidação dessa política. Apresentou os demais resultados por fase e por etapa e
632 discorreu que as causas que contribuíram para impactar em uma atuação eficiente são: i) resolução
633 local que regulamenta o processo de inscrição e que deixa expresso que entidades religiosas,
634 partidos políticos ou associações que visem beneficiar apenas os seus membros não podem pleitear
635 inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; ii) resolução local que estabelece
636 comprovação de instalações físicas adequadas e recursos humanos contratados com base nas
637 exigências da tipificação e da NOB/SUAS; iii) conselhos que fazem informativos, cartilhas e
638 folders para esclarecer as entidades e/ou que programa audiências públicas com esse objetivo; iv)
639 conselhos que orientam a entidades para elabora o seu plano de ação, viabilizando que seja trienal,
640 embora, o relatório de atividade continue sendo anual; v) conselhos que convidam representantes de
641 entidades para participar da plenária que delibera sobre a sua inscrição, a fim de ser esclarecido
642 sobre a Política Nacional de Assistência Social e a possibilidade de participar do Conselho
643 Municipal de Assistência Social e sua representação no colegiado; vi) estabelecimento de parceria
644 com o Ministério Público nos casos de denúncia e com outros conselhos quando necessário.
645 Destacou que o diagnóstico geral da consultoria aponta que quanto mais burocrático for o processo

646 de inscrição e de acompanhamento das entidades maior são as possibilidades de se perder a
647 dimensão política da fiscalização do controle social sob as entidades que atuam no SUAS e que, o
648 papel do conselho municipal e do CAS/DF deve ser de reconhecer através da inscrição quais as
649 entidades que podem atuar no âmbito do SUAS se focando na dimensão política e ética alicerçada
650 na compreensão da Política Nacional de Assistência Social. Expôs alguns gráficos que ilustram os
651 resultados encontrados no primeiro produto e passou ao segundo produto, em que foi solicitado um
652 documento técnico contendo subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento do processo de inscrição
653 das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e
654 benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, visando garantir padrões de
655 qualidade na prestação desses serviços, programas, projetos e benefícios prestados pela rede
656 socioassistencial. Explanou que as contribuições foram divididas em dois eixos, Eixo 1 – Sugestões
657 de Adequações ao Conteúdo das Normativas e Eixo 2 – Sugestões de Desenvolvimento de um
658 Sistema Eletrônico Integrado para Requerimento da Inscrição e Acompanhamento das Entidades e
659 Organizações da Assistência Social. Manifestou que houve como entendimento que: i) não seria
660 interessante investir em sistemas não integrados de registro; ii) objetivo da inscrição nos conselhos
661 devem ser de estabelecer a adesão ou não do SUAS, por meio da filiação formal e manutenção ou
662 não dessa filiação por meio do acompanhamento e da fiscalização do alinhamento das ofertas e das
663 atividades das entidades ao SUAS; iii) não é atividade principal do acompanhamento das entidades
664 realizada pelo conselho, a análise de balancetes financeiros e a avaliação do cumprimento de metas
665 de atendimento estabelecidas no plano das entidades, podendo, no entanto, esses documentos serem
666 analisados pelo conselho em situações específicas, quando for o caso; iv) o controle social deve
667 permitir que a população zele pela aplicação de recursos públicos e ser essa vigília em conjunto
668 com outros órgãos e instâncias de controle; v) cabe aos conselhos acolher e favorecer o alinhamento
669 da entidade/organização ao SUAS de forma pedagógica, ofertando informações, meios e prazos
670 para adequação; vi) cabe aos conselhos apoiarem a entidade/organização para aquela se veja no
671 SUAS e contribua para a sua construção. Deve favorecer a visibilidade dos representantes de
672 entidades nos conselhos e o conhecimento por parte dos usuários dos canais e meios para realização
673 e verificação de denúncias. Elencou os principais pontos que devem ser verificados pelos conselhos
674 para a inscrição das entidades/organizações e informou que foram elaboradas minutas de alteração
675 para as normativas e de formulários para o sistema, ressaltando que o objetivo do sistema é alcançar
676 a unidade dos registros administrativos, aumentar a sinergia das ações e da rede socioassistencial

677 junto ao SUAS. O Sr. Douglas Carneiro, Representante do DGSUAS/SNAS, observou que essa
678 consultoria veio em um momento importante, uma vez que estava sendo elaborado o diagnóstico da
679 SNAS de alinhamento dos cadastros. Discorreu que o departamento aposta muito no grupo de
680 trabalho elaborado para debater sobre a questão das inscrições das entidades/organizações, como
681 uma forma de construir fundamentos e trazer a realidade dos conselhos. Abrindo para
682 manifestações, a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional
683 dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, compreendeu que os documentos
684 disponibilizados possuem muitas informações importantes, inclusive, para subsidiar as discussões
685 nas reuniões regionais e a Conselheira Vânia Maria Machado solicitou que todo o material seja
686 encaminhado por *e-mail*, sendo informada que os mesmos já foram encaminhados. A Conselheira
687 Solange Bueno parabenizou pela consultoria realizada e sugeriu seja inserida uma descrição nos
688 gráficos dos documentos encaminhados, para que haja acessibilidade e o Conselheiro Clóvis
689 Alberto Pereira ratificou que é necessário criar a cultura da acessibilidade nos documentos.
690 Realizadas todas as manifestações e externadas as opiniões dos conselheiros, o Sr. Carlos Eduardo
691 Ferrari colocou a Rede Nacional de Defesa e Assessoramento no SUAS a disposição para realizar a
692 áudio descrição dos gráficos apresentados. A Sra. Maria Cristina de Abreu afirmou que foi realizada
693 uma grande luta para disponibilizar esses dados e externou a sua satisfação com as explanações
694 sobre a intenção de realizar um debate sobre os mesmos nos estados e nos municípios. Prosseguindo
695 para o relato da Reunião da Presidência Ampliada realizada nos dias 11 e 12 de setembro de 2018, a
696 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho elencou os participantes e membros da Secretaria
697 Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informes das
698 reuniões das Comissões Temáticas: A) Comissão de Normas da Assistência Social: i) Propõe a
699 Presidência Ampliada que seja realizada uma solicitação a SNAS para promoção de capacitações
700 para os Conselheiros Nacionais relacionadas aos Benefícios Eventuais e demais normativas da
701 Assistência Social vigentes. (Proposta incluída no Plano de Ação da Comissão de Normas – Meta
702 03 – Ação 3.3). Encaminhamento: Sugestão Aprovada; ii) Reuniões Conjuntas das Comissões do
703 CNAS (Comissão de Normas, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Política
704 e Comissão de Financiamento) para alinhamento da revisão da Resolução CNAS nº 237/2006.
705 (Proposta incluída no Plano de Ação da Comissão de Normas – Meta 03 – Ação 3.2).
706 Encaminhamento: Proposta de realização de uma reunião conjunta em outubro entre a Comissão de
707 Normas e a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para tratar da revisão da Resolução

708 CNAS nº 237/2016 e atender as demandas imediatas sobre o Acórdão TCU nº 2404/2017, e mapear
709 os pontos específicos de responsabilidade das demais comissões; iii) Sugestão de que a Comissão
710 de Normas faça o acompanhamento da Proposta de Lei Complementar para certificação das
711 entidades. Encaminhamento: Proposta aprovada; iv) A Comissão de Normas solicita que a revisão
712 dos prazos estipulados pelo Decreto 9.426/2018 seja uma pauta prioritária dentro do CNAS e apoio
713 integralmente os encaminhamentos da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
714 Transferência de Renda. Solicita ainda que seja observada a redução do orçamento previsto para
715 2019 para o BPC. Encaminhamento: Proposta aprovada. B) Comissão de Monitoramento das
716 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social: i) A Comissão propõe a
717 Presidência Ampliada que as reuniões ocorram mensalmente até a elaboração do Plano de Ação, de
718 acordo com a agenda, em datas próximas as vindas já programadas dos conselheiros: 14 de
719 setembro; 15 de outubro; 05 de novembro e 14 de dezembro. Encaminhamento: Acata a proposta,
720 observando que a realização da reunião de dezembro deverá ser apreciada no mês de novembro
721 tendo em vista a realização da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, no período de 10 a
722 13 de dezembro, em local a definir. C) Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
723 Transferência de Renda: i) Com relação à discussão sobre a alteração da LOAS pela Lei nº
724 13.714/2014, a Comissão propõe para consideração da Presidência Ampliada a realização de uma
725 ação no âmbito do CNAS com realização de reunião com os gestores e Conselhos Nacionais de
726 Assistência Social e Saúde, para proposição de resolução conjunta CNAS/CNS que orienta
727 trabalhadores e usuários em relação ao acesso a benefícios específicos da Assistência Social e da
728 Saúde. Encaminhamento: A Presidente entrará em contato com o Presidente do CNS para tratar de
729 reunião sobre o Art. 19 da LOAS. D) Comissão de Política da Assistência Social: i) Com relação à
730 discussão da alteração da LOAS pela Lei nº 13.714/2018, a Comissão sugere que o CNAS referende
731 a Nota do CEAS e CAS/DF apresentada na Reunião Trimestral no dia 10/09/2018; que o CNAS
732 acione o Ministério Público pela Ação de Inconstitucionalidade da Lei 13.714/2018; propõe reunião
733 conjunta do CNAS e do CNAS, em outubro, para a discussão de proposta de Resolução Conjunta
734 CNAS/CNS com o objetivo de regulamentar o Parágrafo Único do Art. 19 da LOAS, avaliando se
735 seria na Comissão de Política ou no Pleno. Encaminhamento: 01) Agendar reunião com a
736 Procuradora Luciana Loureiro do 1º Ofício de Seguridade Social e Educação para essa semana ou
737 nos dias 25, 26 e 27 de setembro; 02) A Presidente entrará em contato com o Presidente do CNS
738 para tratar da reunião sobre o Art. 19 da LOAS; ii) Com relação à discussão sobre as Mulheres

739 Encarceradas, a Comissão sugere que o CNAS acione o Conselho Nacional de Política Criminal e
740 Penitenciária, solicitando revisão da Resolução nº 02/2017; considerando as reiteradas intervenções
741 de outros conselhos no âmbito do SUAS em relação à Política de Assistência Social, sem a devida
742 articulação com o MDS, órgão coordenador dessa política, a Comissão propõe aprovação de uma
743 orientação a ser encaminhada a todos os conselhos, tendo como referência a Resolução CNAS nº
744 15/2016. Encaminhamento: A Conselheira Renata Aparecida Ferreira irá elaborar uma minuta de
745 Nota do CNAS, orientando a Rede Socioassistencial do SUAS até a revisão final da Resolução nº
746 02/2017 CNPCP. E) Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: i) Levar o
747 assunto “Criação de estratégias para fortalecer a Secretaria Executiva dos Conselhos como unidade
748 de apoio técnico e assessoria, conforme preceitua a NOBSUAS/RH nos CEAS, CAS/DF e nos
749 CMAS” para a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Encaminhamento: Proposta
750 aprovada; ii) Com relação à apresentação do levantamento dos gastos dos 3% do valor do
751 IGD/SUAS e do IGD/Bolsa para o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, a Comissão
752 propõe reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para elaborar
753 estratégias de fortalecimento dos conselhos: cartilha com orientação para utilização dos 3% do IGD,
754 otimização da capacitação já realizada pelo FNAS com a junção de temas do CNAS.
755 Encaminhamento: Aprovada Reunião Conjunta com a CAC em novembro; iii) Com relação ao
756 Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2019, a Comissão sugere elaborar documento/nota com
757 as reivindicações referentes ao orçamento da Assistência Social. Encaminhamentos: 01) elaborar
758 nota de repúdio, utilizando a nota de 2017 como referência; 02) Agendar visita ao Ministério da
759 Fazenda e do Planejamento; 03) Comissão do GT “Incidência Política” para atuação junto aos
760 órgãos de governo e no Congresso Nacional referente ao orçamento da Assistência Social. F)
761 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: i) Formação de um GT
762 Indígena no CAS (reedição do GT finalizado em 2006) para trabalhar os temas relativos a esse
763 público prioritário dentro do SUAS. Solicita ainda a participação de conselheiro nacional na reunião
764 de Dourado/MS, acompanhando representante da SNAS, a fim de aprofundar o conhecimento sobre
765 os fatos apontados no relatório de Dourados e as providências; ii) viabilização da participação de
766 representante da diretoria do CONGEMAS no Encontro Técnico da SNAS que ocorrerá nos dias 26
767 e 27 de setembro de 2018. Encaminhamento: Acatadas as sugestões. Item II) Ofício Conjunto nº
768 01/2018 – CMDCA/CMAS do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA e
769 Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Cascavel/PR, contendo Nota

770 de Repúdio do CMDCA sobre Resolução nº 05/2018 da CIT. Encaminhamento: Solicitar ao FNAS
771 informações sobre a suspensão do repasse ao município. Item III) Minuta de resposta à carta do
772 FONACEAS de São Luis/MA “Desafios da gestão e do controle social do SUAS nos dias atuais”
773 elaborada pela Secretaria Executiva do CNAS. Encaminhamento: Enviar a Carta de São Luis e a
774 minuta de respostas aos integrantes da Presidência Ampliada para apreciação. Item IV)
775 Manifestação do representante do Centro Integrado de Assistência Social do Rio de Janeiro sobre o
776 não reconhecimento por parte dos municípios fluminenses, da aptidão da entidade como titulação de
777 “OSCIP” para atuar junto ao SUAS e questiona a ausência de documentação técnica do MDS em
778 relação às OSCIPs. Encaminhamento: Encaminhar demanda para apreciação da Comissão de
779 Normas da Assistência Social. Item V) Convites: a) Ofício nº 1306/ 2018 da Fundação Papa João
780 Paulo XXIII convida o CNAS para proferir palestra magna no V Encontro de Vigilância
781 Socioassistencial do Município de Belém/PA sobre “A percepção do CNAS sobre a importância da
782 Vigilância Socioassistencial para a consolidação da PNAS/PMAS” no dia 25 de outubro de 2018.
783 Encaminhamento: A Presidente do CNAS irá participar do encontro; b) Seminário Multidisciplinar
784 sobre a População em Situação de Rua a ser realizado no dia 27 de novembro de 2018 na cidade de
785 Teófilo Otoni/MG. Encaminhamento: Solicitar programação e verificar a abrangência do evento; c)
786 A Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio da Diretoria do Departamento de
787 Participação e Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Articulação Social convida
788 representantes da Sociedade Civil do CNAS para acompanhar o desenvolvimento do Portal de
789 Participação Social. Encaminhamento: A Conselheira Solange Bueno se colocou à disposição.
790 Submete-se à Plenária para outras indicações. Item VI) Informes: a) Nota Técnica nº 10/2018 –
791 Ações de Assessoramento. Encaminhamento: Encaminhar para os conselheiros e divulgar junto aos
792 CEAS e CAS/DF; b) Manifestações recebidas no CNAS em apoio à expansão do público do
793 Cadastro Único ao Programa Criança Feliz; c) Ofício Circular nº 015/2018 do Colegiado Nacional
794 de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. Encaminhamento: Parabenizar a
795 nova gestão do CONGEMAS “SOMOS” confirmando a parceria de sempre; d) Resposta do CMAS
796 de Cianorte/PR. Encaminhamento: Enviar resposta do CMAS de Cianorte/PR ao Sr. Cleyton Reis
797 para conhecimento; e) Ofício nº 018/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social de
798 Cianorte/PR. Encaminhamento: Informar ao interessado que o CNAS fará os encaminhamentos
799 necessários. Item VII) Nota de Repúdio dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Distrito
800 Federal sobre a Lei 13.714/2018, que altera a LOAS. Encaminhamento: A Vice-Presidente e o

801 Conselheiro Allan Camello Silva ficaram responsáveis por ajustes na Nota de Repúdio para
802 assinatura conjunta do CNAS. Item VIII) Programação do Encontro de Apoio Técnico como os
803 Conselhos: Dia 26/09/2018: 08h00min às 09h00min – Credenciamento; das 09h00min às 09h30min
804 – Exposição da proposta de trabalho; das 09h30min às 10h30min – SUAS e a Aplicação do Artigo
805 30 da LOAS; das 10h30min às 12h30min – Responsabilidade do Órgão Gestor como Controle
806 Social. Art. 123 e 124 da NOB/SUAS 2012; das 12h30min às 14h00min – Almoço; das 14h00min
807 às 16h00min – Representação e representatividade nos Conselhos de Assistência Social –
808 Estratégias para garantia da paridade e proporcionalidade; das 16h00min às 16h20min – Intervalo;
809 das 16h00min às 18h20min – O Papel dos Conselhos no Exercício do Controle Social do SUAS.
810 Dia 27/09/2018: das 09h00min às 12h30min – Grupos: Construção de estratégias para sensibilizar
811 os gestores e conselhos para o cumprimento do Artigo 30 da LOAS; das 12h30min às 14h00min –
812 Almoço; das 14h00min às 16h00min – 5 Grupos: Compartilhamento de boas práticas para a
813 superação das dificuldades para alcançar a paridade nos conselhos, o acompanhamento de contas e
814 a participação na construção/aprimoramento do Plano de Assistência Social no território; das
815 16h00min às 17h00min – Devolutivas dos Grupos de Trabalho; das 17h00min às 18h00 –
816 Encerramento. Item IX) Pauta da 269ª Reunião Ordinária em outubro: Dia 15/10/2018: Reunião da
817 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e Reunião da Comissão de
818 Monitoramento das Deliberações da Assistência Social. Dia 16/10/2018: das 09h00min às
819 16h00min - Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e Reunião
820 da Comissão de Política da Assistência Social; das 09h00min às 13h00min – Reunião da Comissão
821 de Normas da Assistência Social e Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
822 Assistência Social; das 13h00min às 16h00min – Reunião Conjunta da Comissão de Normas da
823 Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento da Assistência Social (Resolução CNAS nº
824 237/2006 e Acórdão TCU nº 2404/2017); das 16h00min às 18h00min – Presidência Ampliada. Dia
825 17/10/2018 - Plenária: das 09h00min às 09h30min – Aprovação da Ata da 268ª Reunião Ordinária
826 do CNAS e da pauta da 269ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30min às 10h00min – Informes
827 da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das
828 10h00min às 12h00min – Resolução Conjunta CNAS e CNAS; das 14h00min às 18h00min –
829 Incidência Política no Congresso Nacional. Dia 18/10/2018 – Continuação da Plenária: das
830 09h00min às 10h00min – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00min às 11h00min – Relato da
831 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 11h00min às

832 12h30min – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das
833 14h00min às 16h00min – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
834 Social e Relato da Reunião Conjunta da Comissão de Normas e de Acompanhamento aos
835 Conselhos da Assistência Social; das 16h00min às 17h00min – Relato da Comissão de Política da
836 Assistência Social; das 17h00min às 18h00min – Relato da Comissão de Normas da Assistência
837 Social. Dia 19/10/2018: Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Processo de Inscrição de
838 Entidades/Organizações da Assistência Social. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho
839 informou que já entrou em contato com o Presidente do CNS e será agenda uma reunião no dia 26
840 ou 27 de setembro. Com relação às indicações do Grupo de Trabalho de Incidência Política,
841 ponderou que a Sociedade Civil já indicou a Conselheira Aldenora Gomes González, como
842 representante dos usuários; a Conselheira Irene Rodrigues da Silva, como representante dos
843 trabalhadores e o Conselheiro Maurício José Silva Cunha, como representante das entidades. Com
844 as indicações do Conselheiro Josenildo André Barboza, como representante do CONGEMAS, o
845 Conselheiro Allan Camello Silva, como representante do MDS e a Conselheira Leísa Mendes de
846 Souza, como representante do FONSEAS, a composição do grupo de trabalho foi aprovada. A
847 Conselheira Aldenora Gomes González se disponibilizou para compor o Grupo de Trabalho de
848 Indígenas e para acompanhar a reunião de Dourados/MS. Realizadas todas as manifestações, o
849 Grupo de Trabalho Indígenas foi composto pelos seguintes Conselheiros: Maria Yvelonia dos
850 Santos Araújo Barbosa, como representante do MDS; Maíra Leilane Oliveira Almeida, como
851 representante do FONSEAS; Marisa Rodrigues da Silva, como representante do CONGEMAS
852 Aldenora Gomes González, como representante dos usuários; Fernando Macedo Brandão, como
853 representante das entidades; Benedito Augusto de Oliveira, como representante dos trabalhadores.
854 Com relação ao acompanhamento do desenvolvimento do Portal de Participação Social,
855 disponibilizaram os seguintes Conselheiros: Clóvis Alberto Pereira, Vandrê Luiz Menezes
856 Brilhante, Norma Suely de Souza Carvalho, Maíra Leilane Oliveira Almeida, Vânia Maria
857 Machado. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho realizou a leitura da Nota de Repúdio dos
858 CEAS e CAS/DF sobre a Lei 13.714/2018, que altera a LOAS, que foi aprovada por unanimidade.
859 Com relação à programação do Encontro de Apoio Técnico como os Conselhos, o Conselheiro
860 Allan Camello Silva esclareceu foi discutida sobre a inclusão do FONSEAS e do CONGEMAS na
861 apresentação sobre a responsabilidade do órgão gestor do controle social, sendo que estão
862 trabalhando no âmbito da SNAS para realizar esse ajuste. Referente à pauta da 269ª Reunião

863 Ordinária do CNAS, a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu que a reunião da
864 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social
865 seja realizada no período de 14h00min às 18h00min, para que possam realizar a reunião do Grupo
866 de Trabalho de Incidência Política das 10h00min às 12h00min, o que foi aprovado. Não havendo
867 mais nenhuma manifestação, o relato da reunião da Presidência Ampliada foi aprovado por
868 unanimidade. O Sr. Rafael da Silva, Vice-Presidente do CEAS/AL, solicitou que seja retomada a
869 pauta sobre a população em situação de rua, convidando membros do movimento e a Presidente
870 Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu que essa pauta seja incluída na reunião de novembro, o
871 que foi aprovado. Prosseguindo ao relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento
872 da Assistência Social realizada no dia 11 de setembro de 2018, o Conselheiro Allan Camello Silva
873 elencou os Conselheiros, participantes, ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e
874 relatou que foram debatidos os seguintes itens: Item I) Relatório do 2º trimestre de Execução
875 Orçamentária e Financeira da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.
876 Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária aprovar o Relatório do 2º trimestre de Execução
877 Orçamentária e Financeira da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social,
878 considerando a possibilidade de remanejamento de PI's dentro da Ação, bem como o envio de
879 demandas das Comissões para execução até o final do exercício. Item II) Apresentação do
880 levantamento dos gastos dos 3% do valor do IGD/SUAS e IGD/Bolsa para o funcionamento dos
881 Conselhos de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) Incluir na ferramenta (CADSUAS) o envio
882 automático para conselheiros cadastrados *links* de informação e formação de conselheiros (CAC);
883 02) Propor reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos em outubro, para
884 elaborar estratégias de fortalecimento dos conselhos: cartilha com orientação para utilização dos 3%
885 do IGD, otimização da capacitação já realizada pelo FNAS com a junção de temas do CNAS.
886 (Conteúdo proposto para a cartilha: fomentar a aplicação de pelo menos 3% dos recursos para os
887 conselhos, responsabilidade do gestor estadual e municipal para o controle social, acompanhamento
888 e monitoramento – onde achar as informações); 03) Solicitar apoio da SENARC e da SNAS para
889 elaboração da minuta de cartilha e posterior envio para os conselheiros da Comissão de
890 Financiamento. Item III) Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2018. Encaminhamentos: 01)
891 Recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social, por meio de resolução, a recomposição do
892 orçamento para 2019; 02) Solicitar ao pleno a decisão com relação às estratégias a serem adotadas
893 frente á PLOA 2019; 03) Verificar na Câmara dos Deputados quem está à frente das comissões

894 setoriais e a comissão de orçamento (fazer visita, marcar audiência); 04) Elaborar documento/nota
895 com as reivindicações referentes ao orçamento da Assistência Social; 05) Agendar visita ao
896 Ministério da Fazenda e do Planejamento. Item IV) *E-mail* do CEAS de Santa Catarina.
897 Encaminhamento: solicitar o envio das resoluções CIB e CEAS citadas no *e-mail* e informações
898 quanto à modalidade de repasse dos recursos previstos, para que possam responder ao
899 questionamento do CEAS/SC. Item V) Definição da pauta da reunião do mês de outubro: Atualizar
900 Manual Orientador das Emendas Parlamentares para 2019; Apreciação do Relatório de Execução
901 Orçamentária e Financeira do 3º trimestre do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS;
902 Informe sobre a PLOA 2019. Abrindo para manifestações, a Conselheira Sandra Regina Ferreira
903 Barbosa sugeriu que a Comissão realizasse uma análise política em que serviços foram realizados
904 cortes de orçamento e o Conselheiro Allan Camello Silva esclareceu que o primeiro item de pauta
905 trata da execução do orçamento já aprovada em 2018, sendo que a questão dos cortes orçamentários
906 já foi avaliado anteriormente. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho complementou que o
907 corte orçamentário foi em uma ordem de cerca de R\$ 400 mil para a Ação 8249 – Funcionamento
908 dos Conselhos de Assistência Social, sendo que podem fazer o remanejamento de recursos dentro
909 da mesma ação. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa questionou qual é o motivo de ter
910 executado apenas 13% e a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho explicou que a Ação 8249
911 não possui uma dinâmica obrigatória de execução de 25% trimestralmente, justificando que a
912 execução do 1º semestre iniciou de fato em março/2018 e que, haverá uma maior concentração de
913 atividades no 2º semestre de 2018. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha salientou a gravidade
914 da situação da previsão orçamentária para 2019, uma vez que houve uma redução drástica de
915 recursos discricionários e compreendeu que, se não houver uma ação e incidência política por parte
916 do CNAS e do MDS, acarretará no fechamento de serviços e estruturas. A Conselheira Margareth
917 Alves Dallaruvera indagou de que forma podem estar trabalhando para ter a recomposição do
918 orçamento e o Conselheiro Allan Camello Silva entendeu que é necessário repetir as ações
919 realizadas pelos conselheiros em 2017, fazendo chegar às reivindicações ao Congresso Nacional. O
920 Conselheiro Josenildo André Barboza acrescentou que os membros da Comissão possuem o
921 entendimento que essa discussão precisa ser feita para além do CNAS, retornando as bases à
922 discussão sobre a execução orçamentária. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore intuiu que é
923 importante identificar todos os membros da Comissão de Orçamento da Câmara, para que seja
924 realizada uma incidência direta com esses representantes e a Conselheira Solange Bueno discorreu

925 que é necessário elaborar um documento externando as consequências do corte do orçamento. O
926 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira registrou que houve uma ação muito concreta em 2017
927 em relação ao orçamento no Congresso Nacional e o Conselheiro Allan Camello Silva informou
928 que se predispôs para elaborar um relatório sucinto com todos os dados, que será encaminhado a
929 todos os Conselheiros. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha ponderou que foi um absurdo
930 apenas dois representantes dos presideciáveis estarem presentes para apresentar as suas propostas
931 para a Assistência Social, o que reflete a priorização de cada candidato. Realizada a leitura da Carta
932 Aberta da Comissão Intergestores Tripartite – CIT sobre o Financiamento do SUAS, a mesma foi
933 aprovada por unanimidade. Realizada a leitura da Resolução que solicita a Recomposição da
934 Dotação Orçamentária de 2018 e da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018 para a
935 Assistência Social, a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa compreendeu que deveria ser
936 mais enfatizado como o corte orçamentário inviabilizará o exercício do controle social e a
937 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho explanou que a ideia é acrescentar um relatório com
938 dados atualizados para dar maior visibilidade do impacto. Após algumas manifestações sobre a
939 inclusão de um parágrafo relatando sobre os impactos do corte orçamentário na resolução, a
940 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu realizar as demais considerações, para que seja
941 elaborada uma redação adequada trazendo os dados sugeridos. Realizadas as alterações necessárias
942 na resolução, o Sr. Allan Camello Silva realizou a leitura dos considerandos incluídos e a resolução
943 foi aprovada por unanimidade. Iniciando o relato da Reunião da Comissão de Política da
944 Assistência Social realizada no dia 11 de setembro de 2018, a Conselheira Margareth Alves
945 Dallaruvera elencou os Conselhos, convidados/ouvintes e membros da Secretaria Executiva
946 presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Proposta de
947 Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNAS que estabelece parâmetros para a qualificação do
948 Atendimento Socioassistencial da população LGBT no SUAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão
949 de Política propõe ao Pleno a apreciação e aprovação da proposta de Resolução Conjunta
950 CNCD/LGBT e CNAS; 02) Após a aprovação do Pleno do CNAS, a resolução será encaminhada
951 formalmente ao CNCD/LGBT para que este Conselho possa se pronunciar pela autorização ou não
952 da publicação imediata da resolução discutida conjuntamente. Item II) Revisitando a Resolução
953 CNAS nº 33/2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da
954 Assistência Social e estabelece seus requisitos. Encaminhamentos: 01) Que o CNAS proponha a
955 Comissão Intergestores Tripartite- CIT a instalação de uma Câmara Técnica com o objetivo de

956 atualizar a Resolução nº CNAS 33/2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de
957 Trabalho no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos, com a indicação dos
958 seguintes conselheiros representantes da Sociedade Civil representados pelos três segmentos na
959 referida Câmara Técnica: Fernando Macedo Brandão, Aguinaldo Umberto Leal e Benedito Augusto
960 de Oliveira, além dos representantes das três esferas governamentais; 02) Após o trabalho da
961 Câmara Técnica, a proposta de resolução será apreciada pela Comissão de Política. Item III)
962 Discussão da Alteração da LOAS pela Lei nº 13.714/2018. Encaminhamentos: 01) Que o CNAS
963 referende a Nota Técnica do CEAS e CAS/DF apresentada na Reunião Trimestral do dia 10 de
964 setembro; 02) Que o CNAS acione o Ministério Público pela Ação de Inconstitucionalidade da Lei
965 nº 13.714/2018; 03) Submeter à apreciação da Presidência Ampliada à realização de uma Reunião
966 Conjunta entre o CNAS e o CNS, em outubro, para discussão de Resolução Conjunta CNAS/CNS
967 com o objetivo de regulamentar o Parágrafo Único do Artigo 19 da LOAS, avaliando se seria na
968 Comissão de Política ou no Pleno; 04) Convidar a ASPAR, a SENARC e a SNAS para apresentar
969 as proposições de interesse da Política de Assistência Social em pauta no Congresso Nacional. Item
970 IV) Histórico de construção da Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS: Desafios da
971 aplicabilidade das resoluções sobre os trabalhadores na implementação do SUAS.
972 Encaminhamentos: A Comissão de Política propõe a SNAS/MDS as seguintes providência, visando
973 retomar o funcionamento da Mesa Nacional de Gestão do SUAS: a) recomposição dos membros da
974 Mesa (até outubro/2018); b) realização de reunião, em novembro de 2018, para discussão do Plano
975 de Trabalho da Mesa para 2019, com a nova composição, elencando todas as demandas dos
976 trabalhadores; c) Após reunião de novembro/2018, que o CNAS envie ofício à CIT propondo pautar
977 o tema “Mesa de Gestão do Trabalho do SUAS” na reunião de dezembro/2018. Item V) Outros
978 Assuntos: a) Mulheres Encarceradas. Encaminhamentos: 01) Que o CNAS acione o Conselho
979 Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP solicitando a revisão da Resolução nº
980 02/2017; 02) Proposição de Nota do CNAS orientando a Rede Socioassistencial até a revisão final
981 da Resolução nº 02/2017 CNPCP; 03) Considerando as reiteradas intervenções de outros Conselhos
982 no âmbito do SUAS em relação à Política Nacional de Assistência Social sem a devida articulação
983 com o MDS, órgão coordenador desta política e com o Conselho Nacional de Assistência Social, a
984 Comissão propõe aprovação de um ofício circular a ser encaminhado a todos os Conselhos. Item
985 VI) Definição da Pauta de outubro/2018: Apresentação do Balanço das Ações da Proteção Social
986 Básica e Especial à luz dos Pactos de Aprimoramento de Gestão do SUAS de âmbito municipal e

987 estadual e do II Plano Decenal; Resolução nº 02/2017 do Conselho Nacional de Política Criminal e
988 Penitenciária; Reunião CNAS/CNS – alteração da LOAS (Presidência Ampliada avaliará se essa
989 reunião será na CP ou no Pleno). Abrindo para manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto
990 Pereira indagou se não seria mais eficaz submeter à discussão sobre a Resolução CNAS nº 33/2011
991 as assessorias do CNAS, para posteriormente acionar a CIT e a Conselheira Renata Aparecida
992 Ferreira esclareceu que convocar a Câmara Técnica da CIT justifica-se por ser uma resolução já
993 operacionalizada e pela necessidade de diálogo prévio com a CIT. Sugeriu que o último parágrafo
994 do Item II finalize na seguinte frase: “... *definir o papel da intersetorialidade para inclusão dos*
995 *usuários no mundo do trabalho e evidenciar o que não cabe na Política de Assistência Social.*”, e
996 não coloque nenhum exemplo. O Conselheiro Fernando Macedo Brandão solicitou que o seu nome
997 fosse substituído pela Conselheira Rozangela Borota Teixeira e a Conselheira Margareth Alves
998 Dallaruvera explicou que se trata de uma deliberação da Comissão, afirmando que deve manter a
999 indicação do Conselheiro Fernando Macedo Brandão. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira
1000 informou que as reuniões da Câmara Técnica da CIT são realizadas de forma aberta ao público.
1001 Após várias discussões sobre a questão, a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu
1002 apenas solicitar a CIT a instalação da Câmara Técnica, para posteriormente definir as indicações de
1003 representação. Realizada a leitura da minuta de Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNAS, que
1004 estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no
1005 SUAS, os Conselheiros externaram as suas opiniões, realizaram as alterações necessárias e
1006 aprovaram a mesma por unanimidade. Realizada a leitura da minuta de Nota de Esclarecimento,
1007 orientando a Rede Socioassistencial até a revisão final da Resolução nº 02/2017 CNPCP, a mesma
1008 foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da Reunião da
1009 Comissão de Política foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o relato da Reunião da
1010 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social realizada no dia 11 de
1011 setembro de 2018, a Conselheira Marília Vilardi Mazeto elencou os Conselheiros,
1012 ouvintes/convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e informou que foram
1013 debatidos os seguintes itens: Item I) Apresentação do Grupo de Trabalho Indígena constituído no
1014 âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social sobre síntese dos avanços do MDS nesse tema,
1015 e discussão do Relatório “Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas
1016 em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados/MS. Encaminhamentos:
1017 01) Levantar a proposta para a Presidência Ampliada de reedição do GT Indígena do CNAS; 02)

1018 Solicitar à Presidência Ampliada à participação de conselheiro nacional na reunião de Dourado no
1019 dia 25 de outubro de 2018; 03) Divulgar o Caderno “Trabalho Social com Famílias Indígenas 2017”
1020 e o material do levantamento da Proteção Social Especial sobre os atendimentos a esse público, por
1021 meio da participação de conselheiros do CNAS nos encontros e reuniões do CONGEMAS e do
1022 FONSEAS; 04) Incluir no Plano de Ação da Comissão o tema da representação indígena nos
1023 conselhos; 05) Solicitar a SNAS, via SEI, mais subsídios para a resposta ao Ofício nº 187/2018,
1024 com prazo para envio até o dia 21 de setembro de 2018. Item II) Apresentação do detalhamento
1025 sobre o Plano de Ação do MDS referente ao Acórdão TCU nº 2404/2017. Encaminhamentos: 01)
1026 Verificar com a Presidência Ampliada à viabilidade de participação de representante da diretoria do
1027 CONGEMAS no Encontro Técnico SNAS/CNAS, que ocorrerá nos dias 26 e 27 de setembro de
1028 2018; 02) A Comissão fará o debate dos pontos apresentados no detalhamento do Plano de Ação do
1029 MDS sobre o Acórdão no âmbito do seu próprio Plano de Ação. Item III) Atualização/revisão do
1030 Plano de Ação da Comissão. Encaminhamentos: 01) Algumas colunas do Plano de Ação que não
1031 foram preenchidas terão seu preenchimento realizado à medida que entrarem em pauta; 02) Enviar
1032 para os conselheiros da Comissão as deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social
1033 – Eixo 2: Gestão Democrática e Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS; 03) Levar a
1034 Presidência Ampliada à proposta de criação de um grupo de trabalho com conselheiros da CAC e de
1035 Normas para discussão sobre a Revisão da Resolução CNAS nº 237/2006, que estabelece diretrizes
1036 para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos da Assistência Social; 04)
1037 Encaminhar a SNAS a solicitação de alterações adicionais no CADSUAS, bem como o pedido para
1038 elaboração de relatórios eletrônicos a partir dessa base de dados para o acompanhamento da
1039 paridade nos conselhos. Item IV) Definição da pauta de outubro/2018: Continuação da
1040 Atualização/revisão do Plano de Ação da Comissão; Convite a SNAS para discutir a revisão do
1041 ID/Conselhos. Não havendo nenhuma manifestação, o relato da Reunião da Comissão de
1042 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo
1043 para o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social realizada no dia 11 de
1044 setembro de 2018, a Conselheira Vânia Maria Machado expôs os Conselheiros,
1045 participantes/ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e arrazoou que foram debatidos
1046 os seguintes itens de pauta: Item I) Apreciação do *e-mail* do Conselho Municipal de Assistência
1047 Social de Arapiraca/AL recebido em 23 de agosto de 2018, que solicita esclarecimento quanto à
1048 possibilidade de o cargo de presidente de entidade ser vitalício. Encaminhamento: 01) Elaborar uma

1049 consulta a CONJUR/MDS sobre entidade que possui cargos de presidente de caráter vitalício; 02)
1050 Para dar continuidade à análise do questionamento do CMAS/Arapiraca/AL, a Comissão de
1051 Normas enviará um e-mail ao CMAS solicitando informações do processo de análise de inscrição
1052 de entidade, reiterando a necessidade de verificar se a documentação apresentada está em
1053 conformidade com as normativas do SUAS, haja vista que a entidade é destinada ao tratamento e a
1054 recuperação de dependentes químicos. Item II) Análise do Plano de Ação da Comissão de Normas
1055 de Assistência Social (ações executadas e por executar). Encaminhamentos: 01) Comissão de
1056 Normas propõe a Presidência Ampliada que seja realizada uma solicitação à SNAS para promoção
1057 de capacitação para os Conselheiros Nacionais relacionadas aos Benefícios Eventuais e demais
1058 normativas da Assistência Social vigentes. (Proposta incluída na Meta 03 – Ação 3.3); 02)
1059 Recomposição do Grupo de Trabalho para análise da Resolução CNAS nº 235/2006 (Proposta
1060 incluída na Meta 03 – Ação 3.2); 03) Reuniões Conjuntas das Comissões do CNAS (Comissão de
1061 Normas, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Política e Comissão de
1062 Financiamento) para alinhamento da revisão da Resolução CNAS nº 237/2006. (Proposta incluída
1063 na Meta 03 – Ação 3.2); 04) A Comissão de Normas solicita que o CNAS por meio da Comissão de
1064 Normas faça o acompanhamento da proposta de Lei Complementar para certificação das entidades;
1065 05) A Comissão solicita que a revisão dos prazos estipulados pelo Decreto 9.426/2018 seja uma
1066 pauta prioritária dentro do CNAS e apoio integralmente os encaminhamentos da Comissão de
1067 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Solicita ainda que seja observada a
1068 redução do orçamento previsto para 2019 para o BPC. Item III) Definição da pauta de
1069 outubro/2018: Apresentação do Parecer da CONJUR/MDS sobre o questionamento apresentado
1070 pelo CMAS/Arapiraca/AL; Revisão do Plano de Ação da Comissão de Normas; Revisão Resolução
1071 CNAS nº 237/2006; Apreciação das normativas em relação à representação da Sociedade Civil nos
1072 Conselhos. Abrindo para manifestações, a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa solicitou
1073 esclarecimentos em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade referente à lei complementar
1074 que está sendo elaborada que pode incidir sobre a tributação das entidades e a Conselheira Solange
1075 Bueno esclareceu que a Conselheira Maria Amélia Sasaki informou sobre a existência de uma Ação
1076 Direta de Inconstitucionalidade em relação à Lei Complementar, que incidirá diretamente nas
1077 questões da tributação de isenção. Observou que será realizada uma alteração da pauta tendo em
1078 vista a reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Não havendo mais
1079 nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social foi

1080 aprovado por unanimidade. Retornando a Nota Informativa do CNAS sobre o Decreto nº
1081 9.462/2018, que altera o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o Conselheiro Bruno Henrique
1082 Benfica da Câmara Pinto realizou a sua leitura e não havendo nenhuma manifestação, a mesma foi
1083 aprovada por unanimidade. A Conselheira Solange Bueno sugeriu que essa nota seja encaminhada a
1084 outros Ministérios e a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho esclareceu que essa nota será
1085 enviada ao MDS, para que o mesmo realize os encaminhamentos necessários. O Conselheiro Clóvis
1086 Alberto Pereira ponderou que ONCB se compromete a gravar em áudio esse nota técnica, para
1087 disponibilização as pessoas com deficiência visual e para divulgar na emissora de rádio.
1088 **ENCERRAMENTO 13/09/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho agradeceu a
1089 presença de todos e encerrou a 268ª Reunião Ordinária do CNAS.

1090

1091

1092

Norma Suely de Souza Carvalho

1093

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

1094

1095

1096

Brasília,

1097

Setembro de 2018.